

Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração Regulatório	1
Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanço patrimonial.....	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	11

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia

A LNT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") e atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de existência. A LNT atua na região Nordeste e responde por 0,03% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a LNT detém as instalações localizadas no estado do Rio Grande do Norte, sendo (i) LT 230 kV Lagoa Nova II - Currais Novos II, CD, com 28 km, e (ii) SE Currais Novos II 230/69 kV, 2 x 100 MVA, nos termos do Contrato de Concessão nº 30/2017 celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Linhas de transmissão, seccionamentos e subestações em operação – Características Físicas						
Ativo de transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
Subestações						
Lagoa Vermelha	n/a	230	n/a	300	17/04/2005	18/12/2032
Santa Marta (*)	n/a	230	n/a	n/a	17/04/2005	-
Campos Novos (*)	n/a	230	n/a	n/a	24/07/2005	-
Barra Grande	n/a	230	n/a	n/a	24/07/2005	18/12/2032
Linhas de transmissão						
Lagoa Vermelha 2 - Santa Marta - C1	Simples	230	96	n/a	17/04/2005	18/12/2032
Campos Novos - Barra Grande - C1	Simples	230	34	n/a	24/07/2005	18/12/2032
Barra Grande - Lagoa Vermelha 2 - C1	Simples	230	58	n/a	24/07/2005	18/12/2032

(*) Subestações de terceiros acessadas pela Etau.

	RAP – R\$ mil - (*)	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LNT	15.519	Junho	IPCA

(*) RAP estabelecida pela resolução homologatória ANEEL nº 3.067 de 12 de julho de 2022.

Considerando as instalações de transmissão em operação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$16.496 mil para 2023 (aumento de 7,96% em relação a 2022), conforme quadro a seguir:

RAP Esperada – em moeda constante de 31/12/2022							
Linha de Transmissão	2021 (*)	2022 (*)	2023	2024	2025	2026	2027
LNT	13.693	15.183	16.496	16.886	16.886	16.886	16.886

(*) RAP realizada.

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2022	2021
Receita operacional líquida	14.333	13.039
EBITDA	11.765	11.152
Margem EBITDA	82,08%	85,53%
Reconciliação do EBITDA		
Lucro do exercício	2.981	(735)
Resultado financeiro	4.923	8.283
Imposto de renda e contribuição social	755	498
Depreciação	3.106	3.106
EBITDA	11.765	11.152

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades administrativas da LNT e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Política de Qualidade

A LNT, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2022.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pelo valor de R\$45 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis regulatórias contidas no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separadamente, sem modificação, com data de 24 de março de 2023.

Informações Comparativas - Valores Correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 29 de abril de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias, contendo parágrafo de ênfase sobre a base para elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

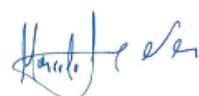
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

**Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.474	3.162
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	1.468	1.401
Impostos e contribuições sociais correntes	8	392	249
Outras contas a receber		336	508
Total dos ativos circulantes		7.670	5.320
<i>Ativos não circulantes</i>			
Títulos e valores mobiliários	5	4.789	5.043
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	62	3
Depósitos judiciais		18	18
Imobilizado	7	82.414	85.495
Intangível	7	2.847	2.798
Total dos ativos não circulantes		90.130	93.357
Total dos ativos		97.800	98.677
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		106	128
Empréstimos e financiamentos	10	5.524	6.327
Impostos e contribuições sociais correntes	8	272	191
Taxas regulamentares		170	110
Dividendos e JCP a pagar	9	2.400	7.360
Outras contas a pagar		407	414
Total dos passivos circulantes		8.879	14.530
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	10	47.995	51.248
Provisões para contingências		18	18
Outras contas a pagar		87	-
Total dos passivos não circulantes		48.100	51.266
Total dos passivos		56.979	65.796
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		41.116	41.116
Reserva de lucros		49.328	34.260
Prejuízos acumulados		(49.623)	(42.495)
Total do patrimônio líquido	12	40.821	32.881
Total dos passivos e do patrimônio líquido		97.800	98.677

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração do resultado
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)**

	Nota expli- cativa	2022	2021
Disponibilização do sistema de transmissão		15.183	13.693
Parcela variável		(91)	9
Receita bruta		15.092	13.702
PIS e COFINS Corrente		(559)	(482)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(200)	(181)
Tributos e encargos		(759)	(663)
Receita operacional líquida	16	14.333	13.039
<i>Custos operacionais</i>			
Pessoal		(622)	(337)
Material		(15)	(76)
Serviços de terceiros		(1.233)	(955)
Depreciação e amortização		(3.105)	(3.105)
Outros custos operacionais		(379)	(175)
	17	(5.354)	(4.648)
Lucro Bruto		8.979	8.391
<i>Despesas gerais e administrativas</i>			
Pessoal e administradores		(132)	(13)
Serviços de terceiros		(152)	(287)
Depreciação e amortização		(1)	(1)
Outras despesas operacionais		(35)	(44)
	17	(320)	(345)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquida e dos impostos e contribuições		8.659	8.046
Receitas financeiras		899	308
Despesas financeiras		(5.822)	(8.591)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	18	(4.923)	(8.283)
Lucro antes dos impostos e contribuições		3.736	(237)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(755)	(498)
Imposto de renda e contribuição social	11	(755)	(498)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		2.981	(735)
Lucro por ação			
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	15	0,07250	(0,01788)
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	15	0,07250	(0,01788)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.981	(735)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	2.981	(735)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	(Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Especial	Lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		41.116	866	18.817	-	2.736	(22.642)	40.893
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	-	(2.736)	-	(2.736)
Dividendos intercalares aprovados		-	-	-	-	-	(2.900)	(2.900)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(735)	(735)
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):								
Reserva legal		-	956	-	-	-	(956)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	13.621	-	(13.621)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(1.641)	(1.641)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12	41.116	1.822	18.817	13.621	-	(42.495)	32.881
Baixa/Transferência de reserva		-	-	(18.224)	18.224	-	-	-
Retificação da dest. do result. de exercício(s) anterior(es)		-	-	-	7.359	-	-	7.359
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	2.981	2.981
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):								
Reserva legal		-	505	-	-	-	(505)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	7.204	-	(7.204)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(2.400)	(2.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12	41.116	2.327	593	46.408	-	(49.623)	40.821

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração do fluxo de caixa
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota expli- cativa	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		2.981	(735)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	7 e 17	3.106	3.106
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e Financ	10 e 18	5.054	7.920
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	755	498
Receita de aplicação financeira		(551)	(102)
Provisão (Reversão) para parcela variável	6	13	(30)
		<u>11.358</u>	<u>10.657</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no saldo de clientes		(138)	70
(Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(207)	(228)
(Aumento) redução no saldo de outros créditos		172	(130)
(Redução) no saldo de fornecedores		(22)	(368)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		61	3
Aumento no saldo de outras contas a pagar		80	240
		<u>(54)</u>	<u>(413)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		11.304	10.244
Imposto de renda e contribuição social pagos		(610)	(373)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		10.694	9.871
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		804	(62)
Adições no imobilizado e intangível	7	(76)	(13)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		728	(75)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(3.543)	(3.506)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	10	(5.567)	(7.412)
Pagamento de dividendos	9	-	(3.648)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		(9.110)	(14.566)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		2.312	(4.770)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	3.162	7.932
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	5.474	3.162
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		2.312	(4.770)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de junho de 2017, que tem por objeto social explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, a construção, a operação e a manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção das instalações localizadas no estado do Rio Grande do Norte, sendo (i) LT 230 kV Lagoa Nova II - Currais Novos II, CD, com 28 km, e (ii) SE Currais Novos II 230/69 kV, 2 x 100 MVA, nos termos do Contrato de Concessão nº 30/2017 celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por um prazo de 30 anos. A Companhia finalizou suas obras e entrou em operação em março de 2019.

A LNT passou a ser uma controlada integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") a partir de 13 de março de 2020, e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 25 de abril de 2023.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 21.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - a Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

2.6. Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Depreciação - itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.4. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

3.5. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

3.7. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.8. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.9. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.10. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 aplicáveis à Companhia:

Norma	Descrição da alteração
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.
IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

A aplicação das normas referenciadas na tabela acima não impactou as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

b) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 não aplicáveis à Companhia:

Norma	Descrição da alteração
Alterações no CPC 00: Referência à estrutura conceitual	Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à estrutura conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	As emendas proíbem deduzir do custo de um item do ativo imobilizado quaisquer receitas provenientes da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Norma	Descrição da alteração
IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão.

c) Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma	Descrição da alteração
IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).
Alterações à IFRS 10 - CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante e exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis.
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis.
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenham impacto relevante sobre as demonstrações contábeis regulatórias do Grupo em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	33	35
Aplicações financeiras	5.441	3.127
	5.474	3.162

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	31/12/2022	31/12/2021
CDB	100,66% do CDI	100,07% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimentos		
BNB Automático FI RF curto prazo	4.789	5.043
Ativo não circulante	4.789	5.043
Taxa de rentabilidade acumulada		
Fundo	92,41% do CDI	78,89% do CDI

Fundo BNB Automático - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BNB, que tem como característica aplicar em títulos de emissão do Tesouro Nacional com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. Fundo constituído para atender às cláusulas restritivas do contrato de financiamento com o BNB.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	1.543	1.404
Parcela variável (i)	(13)	-
	1.530	1.404
Circulante	1.468	1.401
Não circulante (ii)	62	3

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos. (ii) Saldo refere-se à usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2022	31/12/2021
	Corrente a vencer	Corrente Vencida					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.464	3	57	7	12	1.543	1.404

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

• Principais características do contrato de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP – A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021		
Resolução nº 3.067 de 12/07/2022			Resolução nº 2.959 de 13/07/2021 (i)			Resolução nº 2.725 de 14/07/2020		
Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
15.519	(574)	14.945	13.890	(350)	13.540	12.854	(525)	12.329

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto					Depreciação acumulada				Valor líquido	
		31/12/2021	Adições	Baixas	Transfe-rência	31/12/2022	31/12/2021	Depreciação incorrida	Baixas	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Imobilizado em Serviço												
Transmissão												
Edificação	3,34%	67.315	-	-	-	67.315	(6.356)	(2.245)	-	(8.601)	58.714	60.959
Máquinas e Equipamentos	3,38%	25.464	-	-	-	25.464	(2.381)	(861)	-	(3.242)	22.222	23.084
Móveis e utensílios		-	-	-	18	18		(1)	-	(1)	17	-
		92.779	-	-	18	92.797	(8.737)	(3.107)	-	(11.844)	80.953	84.043
Administrativo												
Móveis e utensílios	9,09%	11	-	-	-	11	(2)	(1)	-	(3)	8	8
		11	-	-	-	11	(2)	(1)	-	(3)	8	8
Total Serviço		92.790	-	-	18	92.808	(8.739)	(3.108)	-	(11.847)	80.961	84.051
Ativo Imobilizado em Curso												
Transmissão												
Edificações		-	8	-	-	8	-	-	-	-	8	-
Máquinas e Equipamentos		1.387	19	-	(18)	1.388	-	-	-	-	1.388	1.387
Móveis e utensílios		57	-	-	-	57	-	-	-	-	57	57
		1.444	27	-	(18)	1.453	-	-	-	-	1.453	1.444
Total em curso		1.444	27	-	(18)	1.453	-	-	-	-	1.453	1.444
Total do Ativo Imobilizado		94.234	27	-	-	94.261	(8.739)	(3.108)	-	(11.847)	82.414	85.495

Intangível	Taxa média de amortização	Valor Bruto					Amortização acumulada				Valor líquido	
		31/12/2021	Adições	Baixas	Transfe-rência	31/12/2022	31/12/2021	Amortização incorrida	Baixas	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Intangível em Curso												
Transmissão												
Intangível em Curso - Software		-	49	-	-	49	-	-	-	-	49	-
Total do Ativo Intangível em Curso		-	49	-	-	49	-	-	-	-	49	-
Ativo Intangível em Serviço												
Transmissão												
Faixa de Servidão		2.798	-	-	-	2.798	-	-	-	-	2.798	2.798
Total do Ativo Intangível em serviço		2.798	-	-	-	2.798	-	-	-	-	2.798	2.798
Total do Ativo Intangível		2.798	49	-	-	2.847	-	-	-	-	2.847	2.798

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Taxas anuais médias de depreciação	2022			2021
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado e intangível					
Em serviço					
Transmissão	3,35%	95.595	(11.844)	83.751	86.841
Administração	9,09%	11	(3)	8	8
		95.606	(11.847)	83.759	86.849
Em curso					
Transmissão		1.502	-	1.502	1.444
		1.502	-	1.502	1.444
Total do imobilizado e intangível		97.108	(11.847)	85.261	88.293

Composição das adições do imobilizado por tipo de gasto capitalizado	Máquinas e equipamentos	Total
Em Curso		
Máquinas e Equipamentos	19	19
Edificações	8	8
Intang Software	49	49
Total das adições do imobilizado em curso	76	76

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras	289	152
Impostos e contribuições retidos	4	4
Outros	99	93
	392	249
Passivo Circulante		
IRPJ e CSLL correntes	206	136
PIS e COFINS	48	43
INSS e FGTS	2	2
ISS	6	5
ICMS	-	(2)
Outros	10	7
	272	191

9. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a receber – OCR, Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias - CRCP e Outras Contas a Pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
Transação com empresas ligadas					
1	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") – CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Transação com empresa ligadas					
1	PSTEL – CEMIG	46	45	541	544
		46	45	541	544

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

b) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
Transações com Controladora					
1	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de "back-office" - Taesa	R\$ 10 Valor mensal	15/06/2020 a 15/06/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
2	OCP x Despesas operacionais - Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	N/A	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.
3	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de O&M - Taesa	R\$ 24 Valor mensal	15/05/2020 a 15/05/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora de 1%/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: Inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual, Incapacidade técnica, recuperação judicial.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
4	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Transações com a Controladora					
1	Serviços de "back-office" - Taesa	-	-	-	121
2	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	33	56	516	56
3	Serviços de "O&M" - Taesa	52	52	622	334
4	Previdência privada - FORLUZ	-	-	3	-
		85	108	1.141	511

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2021	Retificação AGO (*)	Adição	31/12/2022
Taesa	7.360	(7.360)	2.400	2.400

(*) A AGO de 11 de maio de 2022 retificou a proposta de destinação do resultado de 2021. Com essa decisão, com base no estatuto, foram reclassificados R\$1.640 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$5.720 do saldo de dividendos a pagar para a reserva de lucros a realizar.

III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Características do empréstimo					
Financiador	Data de assinatura	Valor contratado e liberado	Vencimento final	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
Banco do Nordeste	27/04/2018	62.750	15/05/2038	Taxa fixa de 2,1087% a.a.	185

A Taesa é interveniente garantidor da fiança bancária.

	31/12/2021	Juros incorridos / Amort. custos	Juros pagos	Amortização de principal	Reversão de custos	31/12/2022
Banco do Nordeste	57.575	5.054	(5.567)	(3.543)		53.519
Circulante	6.327					5.524
Não circulante	51.248					47.995

	31/12/2020	Juros incorridos / Amort. custos	Juros pagos	Amortização de principal	Reversão de custos	31/12/2021
Banco do Nordeste	60.464	7.920	(7.412)	(3.506)	109	57.575
Circulante	6.070					6.327
Não circulante	54.394					51.248

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2022, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As informações relativas à exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 14.

11. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Reconciliação da taxa efetiva	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta - Societário	19.483	19.483	31.677	31.677
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	(565)	(565)	(256)	(256)
Provisão parcela variável			-	-
Diferença entre regime de caixa e competência	(3.603)	(3.603)	(17.787)	(17.787)
	15.315	15.315	13.634	13.634
Percentual	8%	12%	8%	12%
	1.225	1.838	1.091	1.636
Demais receitas:				
Rendas de aplicação financeira	899	899	308	308
Outras receitas financeiras	6	6	2	2
	905	905	310	310
Base de cálculo	2.130	2.743	1.401	1.946
Imposto de renda - 15%	(319)		(210)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(189)		(115)	-
Contribuição social - 9%		(247)	-	(175)
IRPJ e CSLL - Provisão de Contingências			-	2
Total de despesa	(508)	(247)	(325)	(173)
Total de IRPJ e CSLL		(755)		(498)

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social totalmente integralizado era de R\$ 41.116, representado por 41.116.290 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reservas de lucro - (a) Reserva legal - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social e (b) Reserva de lucros a realizar - constituída com base no artigo 197 da nº Lei 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício - societário	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	10.106	19.118
- Reserva legal (5%)	(505)	(956)
- Dividendos intercalares aprovados	-	(2.900)
- Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(2.400)	(1.641)
- Reserva de lucros a realizar	(7.201)	(13.621)

13. COBERTURAS DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de Indenização	Prêmio
Responsabilidade civil Geral	Fator	20/09/22 a 19/09/23	10.000	-
Risco operacional	FAIRFAX	31/07/22 a 30/07/23	80.921	203
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	ZURICH	18/09/22 a 18/09/23	40.000	-

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

14.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

14.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado:		
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	5.441	3.127
- Títulos e valores mobiliários	4.789	5.043
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	33	35
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	1.530	1.404
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	106	314
	11.899	9.923
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	106	128
- Empréstimos e financiamentos	53.519	57.575
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	-	-
	53.625	57.703

14.4. Risco de mercado

14.4.1. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

14.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	31/12/2022	Cenário provável em 31/12/2023
CDI (a)	12,39%	12,75%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 03 de março de 2023 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2022	Efeito Provável no LAIR - 2023 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários - CDI	10.230	37

14.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

14.6. Gestão de risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia possui empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas (“covenants”), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir: (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia); (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Financiamentos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	656	1.422	6.417	23.794	59.775	92.064

14.7. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

14.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

14.8.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo	4	5.441	3.127	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	6	4.789	5.043	Nível 2

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

15. LUCRO POR AÇÃO

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	2.981	(735)
Quantidade de ações ordinárias – em lotes mil	41.116	41.116
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,07250	(0,01788)

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

16. RECEITA LÍQUIDA

Composição da receita líquida	2022	2021
Disponibilização do sistema de transmissão	15.183	13.693
Parcela variável	(91)	9
Receita bruta	15.092	13.702
PIS e COFINS Correntes	(559)	(482)
Encargos setoriais ANEEL	(200)	(181)
Tributos e encargos	(759)	(663)
Receita líquida	14.333	13.039

17. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2022	2021
-Remuneração direta	(592)	(198)
-Benefícios	(80)	(88)
-FGTS e INSS	(82)	(64)
Pessoal	(754)	(350)
Materiais	(15)	(76)
Serviços de terceiros	(1.385)	(1.242)
Depreciação e amortização	(3.106)	(3.106)
Outros custos e despesas operacionais	(414)	(219)
Total custos e despesas	(5.674)	(4.993)

18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2022	2021
Renda de aplicação financeira	899	308
Receitas financeiras	899	308
Empréstimos e financiamentos - Encargos	(5.054)	(7.920)
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	(768)	(671)
Despesas Financeiras	(5.822)	(8.591)
	(4.923)	(8.283)

19. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 2 de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, 100% (100% em 31 de dezembro de 2021) do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Partes Relacionadas.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo as licenças ambientais concedidas à Companhia:

Trecho	Licença para operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor
LT Currais Novos II - Lagoa Nova II (a)	111138/2017	08/12/2017	08/12/2023	IDEMA
SE Currais Novos II (a)	129600/2018	28/12/2018	28/12/2024	IDEMA

(a) Licença simplificada.

Alteração na diretoria - Em 28 de dezembro de 2022, o Sr. Erik da Costa Breyer apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

21. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Balanco Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa e equivalentes de caixa		5.474	-	5.474	3.162	-	3.162
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		1.468	-	1.468	1.401	-	1.401
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	13.198	13.198	-	12.342	12.342
Impostos e contribuições sociais correntes		392	-	392	249	-	249
Outras contas a receber e outros ativos		336	-	336	508	-	508
Total dos ativos circulantes		7.670	13.198	20.868	5.320	12.342	17.662
<i>Ativos não circulantes</i>							
Títulos e valores mobiliários		4.789	-	4.789	5.043	-	5.043
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		62	-	62	3	-	3
Depósitos judiciais		18	-	18	18	-	18
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	131.404	131.404	-	127.869	127.869
Imobilizado	(iv)	82.414	(82.406)	8	85.495	(85.487)	8
Intangível	(iv)	2.847	(2.847)	-	2.798	(2.798)	-
Total dos ativos não circulantes		90.130	46.151	136.281	93.357	39.584	132.941
Total dos ativos		97.800	59.349	157.149	98.677	51.926	150.603

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Balço Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivos							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		106	-	106	128	-	128
Empréstimos e financiamentos		5.524	-	5.524	6.327	-	6.327
Impostos e contribuições sociais correntes		272	-	272	191	-	191
Taxas regulamentares		170	-	170	110	-	110
Dividendos e JCP a pagar		2.400	-	2.400	7.360	-	7.360
Outras contas a pagar		407	-	407	414	-	414
Total dos passivos circulantes		8.879	-	8.879	14.530	-	14.530
<i>Passivos não circulantes</i>							
Empréstimos e financiamentos		47.995	-	47.995	51.248	-	51.248
Provisões para contingências		18	-	18	18	-	18
Impostos e contribuições sociais diferidos	(ii)	-	4.454	4.454	-	4.319	4.319
Tributos diferidos	(iii)	-	5.272	5.272	-	5.112	5.112
Outras contas a pagar		87	-	87	-	-	-
Total dos passivos não circulantes		48.100	9.726	57.826	51.266	9.431	60.697
Total dos passivos		56.979	9.726	66.705	65.796	9.431	75.227
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		41.116	-	41.116	41.116	-	41.116
Reserva de lucros		49.328	-	49.328	34.260	-	34.260
Prejuízos acumulados		(49.623)	49.623	-	(42.495)	42.495	-
Total do patrimônio líquido	(v)	40.821	49.623	90.444	32.881	42.495	75.376
Total dos passivos e do patrimônio líquido		97.800	59.349	157.149	98.677	51.926	150.603

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota expli- cativa	2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		15.183	(15.183)	-	13.693	(13.693)	-
Operação e manutenção		-	1.950	1.950	-	1.750	1.750
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	12.008	12.008	-	10.815	10.815
Correção monetária do ativo de contrato de concessão		-	5.545	5.545	-	18.972	18.972
Parcela variável		(91)	-	(91)	9	-	9
Outras receitas		-	71	71	-	131	131
Receita bruta	(vi)	15.092	4.391	19.483	13.702	17.975	31.677
PIS e COFINS Corrente		(559)	-	(559)	(482)	-	(482)
PIS e COFINS Diferidos		-	(159)	(159)	-	(659)	(659)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(200)	-	(200)	(181)	-	(181)
Tributos e encargos	(vii)	(759)	(159)	(918)	(663)	(659)	(1.322)
Receita operacional líquida		14.333	4.232	18.565	13.039	17.316	30.355
<i>Custos operacionais</i>							
Pessoal		(622)	-	(622)	(337)	-	(337)
Material		(15)	(76)	(91)	(76)	(13)	(89)
Serviços de terceiros		(1.233)	-	(1.233)	(955)	-	(955)
Depreciação e amortização		(3.105)	3.105	-	(3.105)	3.105	-
Outros custos operacionais		(379)	-	(379)	(175)	-	(175)
	(viii)	(5.354)	3.029	(2.325)	(4.648)	3.092	(1.556)
Lucro Bruto		8.979	7.261	16.240	8.391	20.408	28.799
<i>Despesas gerais e administrativas</i>							
Pessoal e administradores		(132)	-	(132)	(13)	-	(13)
Serviços de terceiros		(152)	-	(152)	(287)	-	(287)
Depreciação e amortização		(1)	-	(1)	(1)	-	(1)
Outras despesas operacionais		(35)	-	(35)	(44)	-	(44)
		(320)	-	(320)	(345)	-	(345)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos e contribuições		8.659	7.261	15.920	8.046	20.408	28.454
Receitas financeiras		899	-	899	308	-	308
Despesas financeiras		(5.822)	-	(5.822)	(8.591)	-	(8.591)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(4.923)	-	(4.923)	(8.283)	-	(8.283)
Lucro antes dos impostos e contribuições		3.736	7.261	10.997	(237)	20.408	20.171
Imposto de renda e contribuição social correntes		(755)	-	(755)	(498)	-	(498)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ix)	-	(135)	(135)	-	(555)	(555)
Imposto de renda e contribuição social		(755)	(135)	(890)	(498)	(555)	(1.053)
Lucro líquido do exercício	(x)	2.981	7.126	10.107	(735)	19.853	19.118

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são: (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47; e (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47 líquido de impostos, e pela não adoção do CPC 06 (R2), incorporado pelo MCSE a partir de janeiro 2022, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido societário	90.444	75.376
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(144.602)	(140.211)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	85.253	88.285
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	4.454	4.319
Tributos diferidos (CPC 47)	5.272	5.112
Patrimônio líquido regulatório	40.821	32.881

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização, remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos e despesas operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(x) Lucro líquido do exercício

Conciliação do lucro societário e regulatório	2022	2021
Lucro societário do exercício	10.107	19.118
Receita bruta (CPC 47)	(4.391)	(17.975)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	159	659
Depreciação e amortização (CPC 47)	(3.105)	(3.105)
Custos e despesas operacionais (CPC 47)	76	13
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	135	555
Lucro regulatório do exercício	2.981	(735)

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, e pela não adoção do CPC 06 (R2), incorporado pelo MCSE a partir de janeiro 2022, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Diretoria	
Nome	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Vago	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
André Augusto Telles Moreira	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

**Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49**